

Boletim Notícias do Seguro T3#25: segurança jurídica no seguro: por que ela importa?

Segurança jurídica, impacto econômico do seguro e cobertura em casos de enchentes são os destaques desta edição

?? Por que a segurança jurídica é fundamental para ampliar a proteção do seguro no Brasil? No Boletim Notícias do Seguro, entenda como a segurança jurídica contribui para o desenvolvimento do mercado segurador e para ampliar o acesso da sociedade à proteção financeira.

? Como o setor segurador contribui para a economia brasileira? No primeiro semestre do ano, foram mais de R\$ 272 bilhões em indenizações, resgates, benefícios e sorteios. Nesta edição, entenda o alcance desses pagamentos para a sociedade e confira a participação da Saúde Suplementar nesse resultado.

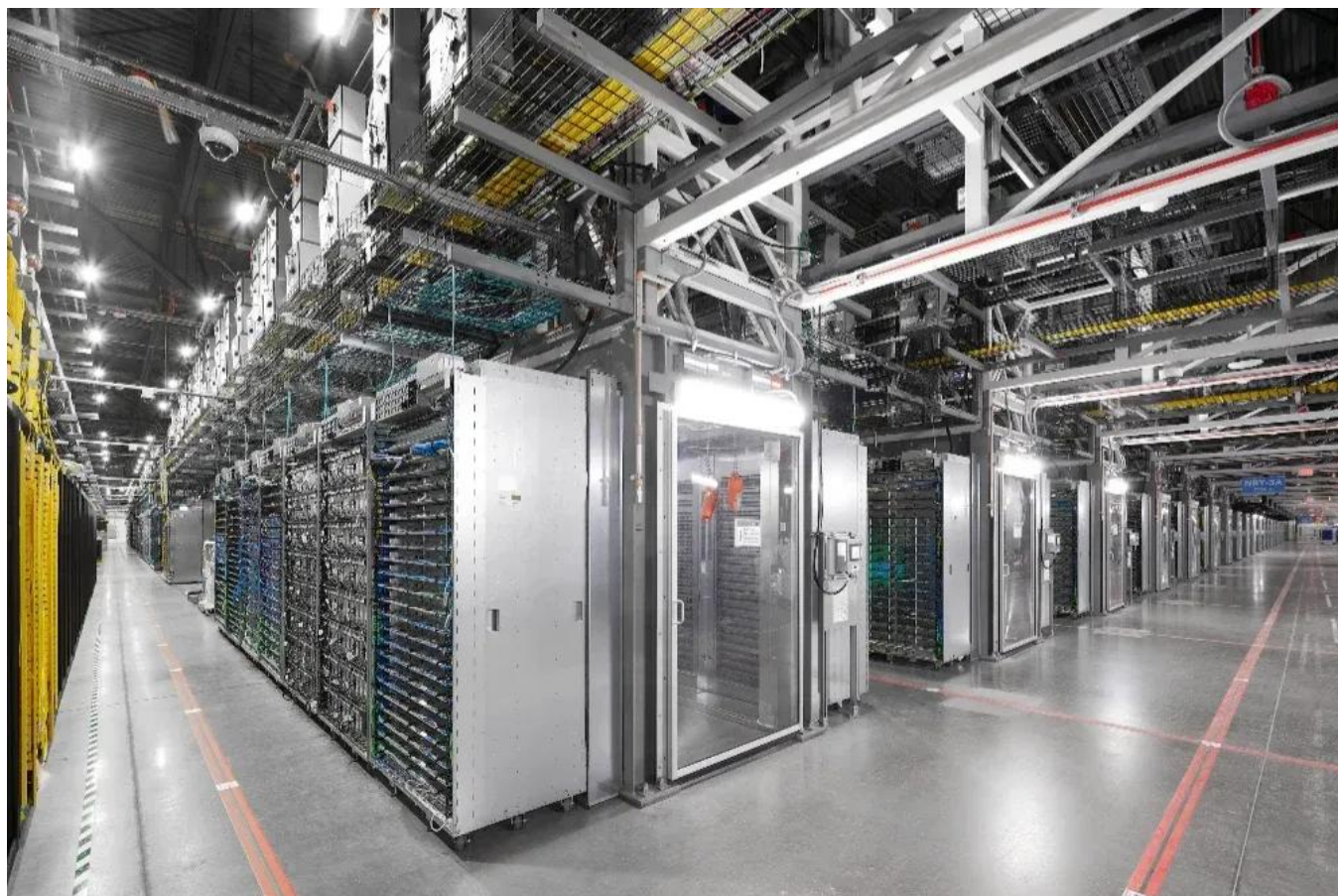
?? Seguro Auto e enchentes: entenda como o seguro pode ajudar em casos de danos provocados por alagamentos e enchentes e por que é importante conhecer as coberturas contratadas.

? Dê o play para acompanhar essas notícias e ficar por dentro dos principais assuntos do mercado de seguros.

? Gostou do episódio? Curta, compartilhe e inscreva-se no canal do [YouTube](#). No Spotify, siga a playlist do [SeguroPod](#) para acompanhar as próximas edições.

[Spotify](#) - [YouTube](#)

Brasil avança no mercado de data centers, enquanto EUA adotam freio de arrumação



Moratória atinge 106 projetos em andamento em estados americanos, e Brasil marcha para dobrar os investimentos até 2031

A expansão global dos data centers enfrenta resistências em algumas regiões, enquanto outras disputam os investimentos do setor. Na América Latina, o Brasil desponta como um dos destinos mais promissores. Nos Estados Unidos, porém, a oposição de comunidades e autoridades locais provoca atrasos em projetos e abre espaço para novas modalidades de seguro, capazes de proteger investimentos contra riscos regulatórios.

No primeiro semestre de 2026, pelo menos 106 projetos de data centers nos Estados Unidos, que representam cerca de US\$ 198 bilhões em investimentos, foram bloqueados ou atrasados devido à oposição local, segundo o Data Center Watch, serviço de monitoramento administrado pela empresa de inteligência artificial 10a Labs. A resistência levou autoridades de diferentes localidades a discutir ou adotar restrições a novos empreendimentos e reforçou a incerteza para investidores.

Reclamações crescem no entorno de data centers

As principais reclamações de moradores que vivem perto de data centers nos Estados Unidos são o aumento da conta de luz, o consumo de água, o barulho contínuo e os impactos ambientais. Também há insatisfação com os benefícios econômicos prometidos pelas empresas e com a falta de participação das comunidades nas decisões sobre os empreendimentos.

Data centers de grande porte consomem muita eletricidade. Moradores temem que os custos de ampliar redes e subestações sejam repassados aos consumidores residenciais, elevando as tarifas. Sistemas de refrigeração podem demandar grandes volumes de água, dependendo da tecnologia utilizada. Em regiões com escassez hídrica, há receio de redução da disponibilidade para residências, agricultura e ecossistemas locais.

Esse cenário abriu uma oportunidade para a Arbol, seguradora boutique com sede em Nova York, especializada em riscos climáticos e ambientais. Fundada por Siddhartha Jha, ex-estrategista da Citadel, a empresa lançou uma apólice voltada a desenvolvedores e financiadores de data centers que buscam proteção contra moratórias governamentais capazes de paralisar ou suspender obras.

Garantias oferecidas pelo seguro

A cobertura prevê o pagamento de um valor predeterminado caso uma medida restritiva contemplada na apólice permaneça em vigor após um período de espera acordado. O produto procura preencher uma lacuna do mercado segurador tradicional, cujas apólices comerciais geralmente exigem danos físicos à propriedade para indenizar perdas. Já as coberturas convencionais de riscos políticos costumam se concentrar em situações como expropriações soberanas no exterior.

“O desenvolvimento de data centers apresenta um risco novo e crescente, e até agora não havia como transferi-lo”, afirma Jha, diretor executivo da Arbol.

Para avaliar a exposição e definir os preços, a empresa analisa fatores como disponibilidade de água, capacidade da rede elétrica, tarifas de energia, exigências de licenciamento e histórico das autoridades locais em relação aos data centers. A apólice está disponível em todo o território americano, mas os preços variam conforme a região e as características de cada projeto. Locais sujeitos a moratórias já em vigor são excluídos, porque o custo da cobertura é considerado proibitivo.

A iniciativa amplia a estratégia da Arbol de assumir riscos complexos ou pouco atendidos pelas seguradoras tradicionais. A empresa emitiu aproximadamente US\$ 225 milhões em prêmios brutos em 2025, ante US\$ 2 milhões em 2020, e projetava dobrar esse volume em 2026. Segundo Jha, empresas com projetos que somam dezenas de bilhões de dólares em investimentos já demonstraram interesse na nova apólice.

Senado recebe projeto que limita construção

A criação desse seguro ocorre em meio ao debate americano sobre os impactos da inteligência artificial. Uma proposta em tramitação no Senado dos Estados Unidos prevê uma moratória sobre a construção ou modernização de data centers voltados à IA até que sejam estabelecidas regras para o setor. O texto também contempla restrições à exportação de determinados equipamentos computacionais, exigências ambientais e energéticas e mecanismos de participação das comunidades afetadas. Como se trata de uma proposta legislativa, suas disposições não devem ser confundidas com regras já em vigor.

Apesar das resistências, a expansão da inteligência artificial, a popularização da computação em nuvem e a necessidade de processar volumes crescentes de informações sustentam a demanda global por data centers. Nesse contexto, o seguro pode desempenhar um papel adicional na gestão dos riscos de projetos intensivos em capital, embora a contratação dependa das condições de cada empreendimento e da avaliação das seguradoras.

Brasil ganha espaço na disputa global

Na América Latina, o Brasil está entre os destinos mais promissores para esses investimentos. Segundo levantamento da Mordor Intelligence, o mercado brasileiro de data centers deverá crescer de US\$ 3,38 bilhões em 2026 para US\$ 6,67 bilhões em 2031. A alta de aproximadamente 97% no período corresponde a uma taxa anual composta de crescimento de 14,58%.

A capacidade instalada também deverá avançar significativamente, passando de 3,73 mil MW em 2026 para 11,06 mil MW em 2031, quase o triplo do nível inicial. As projeções refletem a expectativa de novos projetos de hiperescala, a expansão dos serviços de inteligência artificial e a crescente digitalização da economia.

As grandes empresas de tecnologia estão entre os principais motores desse movimento. Companhias como Microsoft e Amazon ampliam investimentos em infraestrutura para atender à demanda por serviços de nuvem, impulsionando operadores como Ascenty, Scala e Elea. A expansão também é favorecida pela busca das empresas brasileiras por soluções escaláveis, capazes de substituir gradualmente os modelos tradicionais de infraestrutura própria.

Outro diferencial competitivo é a matriz elétrica brasileira. Com mais de 85% da eletricidade proveniente de fontes renováveis, o país oferece uma vantagem em um setor pressionado por metas de descarbonização. Para operadores internacionais e desenvolvedores de infraestrutura voltada à IA, a disponibilidade de eletricidade de baixa emissão de carbono tornou-se um atributo estratégico, ao lado da conectividade e da disponibilidade de terrenos. A expansão dos data centers, entretanto, dependerá também da oferta de energia firme, da capacidade de transmissão e das condições de conexão à rede.

A conectividade internacional é outro fator relevante. Fortaleza concentra cabos submarinos que conectam o Brasil a redes internacionais e favorecem sua posição na infraestrutura digital. Essa estrutura também pode beneficiar projetos de edge computing, modelo que aproxima o processamento de dados dos usuários para reduzir a latência. A ampliação da transmissão de energia no Nordeste e no Sul poderá contribuir para a instalação de novos complexos tecnológicos fora dos centros tradicionais, desde que haja capacidade elétrica e infraestrutura adequadas.

A demanda por serviços digitais ajuda a sustentar as projeções. A ampla utilização de smartphones e o crescimento do streaming, do comércio eletrônico, do Pix e das aplicações de inteligência artificial generativa ampliam a necessidade de armazenamento, processamento e distribuição de informações.

São Paulo continua sendo o principal polo do setor, concentrando 42,1% da capacidade nacional, segundo os dados citados no levantamento. O Rio de Janeiro, por sua vez, deverá registrar o crescimento mais acelerado entre os polos analisados, com taxa anual composta de 19,33% até 2031. Incentivos locais, condições imobiliárias e projetos voltados à inteligência artificial ajudam a explicar essa perspectiva.

O potencial de expansão, porém, convive com obstáculos. Tarifas de importação de equipamentos de tecnologia da informação podem elevar significativamente os custos dos empreendimentos, enquanto processos complexos de licenciamento aumentam os prazos e a incerteza para os investidores. Nesse contexto, o programa federal Redata, concebido para estimular investimentos em data centers e facilitar a importação de equipamentos elegíveis, poderá contribuir para reduzir parte desses entraves, conforme as condições e os benefícios efetivamente aplicáveis.

A disputa por espaço na economia digital tende a se intensificar. Com uma matriz elétrica predominantemente renovável, conectividade internacional e demanda impulsionada pela inteligência artificial, o Brasil tem condições de ampliar sua participação no mercado global e se consolidar como um importante centro de processamento de dados da América Latina. Para transformar essa vantagem potencial em liderança regional, contudo, precisará ampliar a infraestrutura elétrica, dar previsibilidade aos processos de licenciamento e criar condições regulatórias capazes de sustentar investimentos de longo prazo.

Fonte: CNseg, em 21.10.2026